

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**AS DIFICULDADES DOS MORADORES DE RUA DO DISTRITO FEDERAL DE SE
INSERIREM POR MEIO DA EDUCAÇÃO FORMAL**

SÉRGIO REIS FERREIRA
Brasília – DF
2012

**AS DIFICULDADES DOS MORADORES DE RUA DO DISTRITO FEDERAL DE SE
INSERIREM POR MEIO DA EDUCAÇÃO FORMAL**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura Plena em Pedagogia, à comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília sob a orientação do professor Cristiano Alberto Muniz.

**AS DIFICULDADES DOS MORADORES DE RUA DO DISTRITO FEDERAL DE SE
INSERIREM POR MEIO DA EDUCAÇÃO FORMAL**

Comissão Examinadora

Orientador

Prof. Dr. Cristiano Alberto Muniz

Examinadores

Profa. Dra. Cristina Maria Costa Leite

Prof. Dr. Cleyton Hércules Gontijo

Suplente

Profa. Dra. Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

Dedico este trabalho a todos
os moradores de rua do DF
e a todos que me ajudaram
direta e indiretamente.
Sendo assim, não citarei
nomes para não cometer
eventuais injustiças.

AGRADECIMENTOS

- A Universidade de Brasília, por meio daqueles setores que foram fundamentais para a elaboração desta monografia: Reitoria, Prefeitura do Campus e ao DAC;
- Ao meu orientador; pela liberdade de pensamento, presteza e sabedoria que orientou esta monografia.
- A professora Maria Luiza Pereira Angelim pelas inúmeras vezes que me enxergou melhor do que eu realmente sou. Pela capacidade de me olhar bem devagar já que muita gente me olhou depressa demais.
- Gostaria de agradecer a equipe de médicos que me mantiveram vivo para que pudesse dar continuidade a esta monografia; Dr. Manoel, Dr. Hiago, Dr. Dalton e em especial ao Dr André Luis Mourão Oliveira Melo.

Resumo – Este trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília apresenta a problemática das pessoas em situação de rua, tendo como pano de fundo a sociedade contemporânea, centrada no consumo (e não na produção) que produz diariamente pessoas subjugadas pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de mudança social, ao mesmo tempo em que o estado desloca sua função de bem-estar social para campos repressivos. Busca-se contextualizar a realidade de exclusão social que vive essa parcela da população, avançando na definição dos principais problemas enfrentados, na perspectiva da violação de direitos e das estratégias de sobrevivência desenvolvidas. O eixo deste TCC é o do papel da educação como fator de inserção social, trazendo à tona o quanto é difícil para o morador de rua ter sua inserção ao próprio sistema educacional que é concebido para os provenientes de famílias classicamente constituídas e o quanto a escola/universidade não está preparada para acolher aqueles que a rua, a vida cotidiana na rua, é seu referencial de conhecimentos, valores, emoções e perspectivas de vida. Neste aspecto, temos a teoria de Bourdieu como referência para uma crítica contundente do próprio sistema universitário que me forma, por ser eminentemente excludente em seus processos sociais e educacionais.

Palavras-chave – População em situação de rua, educação de moradores de rua, moradores de rua na universidade.

Resumen – La investigación de conclusión del curso de Pedagogia de la Universidad de Brasília presenta la problemática de las gentes que viven en las calles, teniendo como telón de fondo la sociedad contemporánea centrada en el consumo (en lugar de la producción) que produce a diario personas subyugadas personales y socialmente, con perspectiva difícil de cambio social, mientras el estado cambia su función de bien-estar social para los campos represivos.

Buscamos contextualizar la realidad de la exclusión social que esta parte de la población vive, avanzando en la definición de los principales problemas enfrentados, en la perspectiva de la violación de los derechos y de las estrategias de supervivencia desarrolladas.

El eje de esta investigación es el papel de la educación como factor de inserción social, ella muestra la dificultad de las gentes que viven en las calles para tener una inserción al sistema educacional, que en general fue creado para personas que provienen de familias tradicionales, e demuestra que la escuela y la universidad no están preparadas para acoger a los que viven en las calles, donde la calle, la vida cotidiana en la calle es su referencial de conocimientos, valores, emociones y perspectivas de vida.

Así, para consolidar la investigación usamos la teoría de Bourdieu como referencia crítica decisiva del sistema universitario que me enseña, por sus análisis crítica y distinta de los procesos de exclusiones social y educacionales.

Palabras clave – Población de gentes que viven en las calles, educación de las personas que viven en las calles, moradores de calle en la universidad.

LISTA DE ABREVIACÕES

UnB – Universidade de Brasília
DAC – Decanato de Assuntos Comunitário
CRM-DF – Conselho Regional de Medicina
Prof – Professor
Profa – Professora
Dr – Doutor
EMAD – Educandário Mãe Dominic –
DF – Distrito Federal
MG – Minas Gerais
BH – Belo Horizonte
RJ – Rio de Janeiro
Av – Avenida
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
CESAS – Centro Supletivo da Asa Sul
CEU – Casa do Estudante Universitário
ALUB – Grupo Educacional
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e transferência de Renda
SECOM – Secretaria de Comunicação
AEC – Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia
ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
AMAI – Associação para Auxílio à Maternidade, à Infância e à Adolescência
APS – Associação das Pioneiras Sociais
ACRIAMAR – Casa da Criança Ana Maria Ribeiro
CEICON – Centro Comunitário Imaculada Conceição
CERAPE – Centro de Recuperação e Apoio ao Preso e ao Egresso
CRDP – Centro de Reintegração Deus Proverá
SERVOS – Comunidade Terapêutica Fazenda Senhor Jesus
GEABL – Grêmio Espírita Ataulpa Barbosa Lima
IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos
SIAO – Serviço Integrado de Amparo e Orientação
Casa Flor – Casa de Passagem Feminina
Albercon – Albergue Conviver

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
OBJETIVO GERAL	12
2.PRIMEIRA PARTE: MEMORIAL	13
CHEGANDO NA VIDA... VIDA DE EXCLUSÃO	13
A VINDA PARA BRASÍLIA	16
CONQUISTA: O INGRESSO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE	
UM MORADOR DE RUA	17
VIDA ACADÊMICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	23
UMA FATALIDADE	26
POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	27
3. SEGUNDA PARTE: ESTUDO SOBRE DIFICULDADES NO	
PROCESSO DE INCLUSÃO DE MORADORES DE RUA NO	
CURSO SUPERIOR	28
BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA POPULAÇÃO DE RUA E	
SEU CRESCIMENTO VERTIGINOSO FRENTE AO	30
CAPITALISMO	
FAMÍLIA E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DE BOURDIER	31
DIFICULDADES DOS MORADORES DE RUA DENTRO DAS	
INSTITUIÇÕES ESCOLARES	35
MORADORES DE RUA NO BRASIL, ESPECIFICAMENTE EM	
BRASÍLIA	36
INSTITUIÇÕES QUE FAZEM ATENDIMENTO A PESSOAS EM	
SITUAÇÃO DE RUA NO DISTRITO FEDERAL	37
DADOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SOBRE	
MORADORES DE RUA	40
DIREITOS DOS MORADORES DE RUA	41
4. ESTUDO DOS CONTEXTOS DE ESTUDANTES DE IES	
MORADORES DE RUA	42

OBJETIVO GERAL DAS ENTREVISTAS	42
OS SUJEITOS DA PESQUISA	42
EUGENIZAÇÃO DOS MORADORES DE RUA DO DISTRITO FEDERAL	43
QUESTIONÁRIO APLICADO AO EX-MORADOR DE RUA FERNANDO	44
QUESTIONÁRIO APLICADO AO MORADOR DE RUA AMARILDO	46
ANÁLISES DAS RESPOSTAS	48
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	 51
 6. TERCEIRA PARTE: PERSPECTIVAS	 53
 7. REFERÊNCIAS	 53

1. INTRODUÇÃO

A questão da população de rua está relacionada ao capitalismo excludente que ocasiona o processo de exclusão social e a pobreza. A própria evolução do capitalismo possibilitou deslocamentos migratórios em função da busca de emprego e renda, dando origem ao fenômeno social “morador de rua” e “população de rua”.

A pessoa moradora de rua passa por uma situação de extrema vulnerabilidade social, no limite da exclusão social, da desfiliação social e da pobreza, sem ter a garantia do mínimo para sua subsistência, além de uma série de outras questões sociais, políticas e econômicas a que estão sujeitas. Sendo assim, a globalização e o avanço tecnológico, que têm alcançado as diferentes sociedades contemporâneas, têm gerado consequências negativas, configuradas na reprodução de desigualdades sociais e na falta de garantias sociais para grande parcela da população.

Neste início do século, constata-se que a civilização não foi capaz de constituir um pacto que trouxesse melhorias sociais. A desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza, a involução de valores não são anomalias, mas constituintes do pensamento globalizado e do processo econômico em curso. A vulnerabilidade das massas e, de forma mais aguda, a exclusão social de grupos específicos são resultados da desagregação progressiva das proteções ligadas ao mundo do trabalho. Consistem em processos de “desfiliação”, ou da fragilização dos suportes de sociabilidade.

Nesse contexto, observa-se no Brasil um processo de diminuição do estado bem estar social. Essa tendência encontra terreno ainda mais fértil no Distrito federal que é responsável por fortes desigualdades sociais e por grande diferença nas condições de vida da população. Ou seja, no DF não houve uma efetiva constituição do estado de bem-estar social. Nesse contexto, insere-se a população em situação de rua. Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o

espaço da rua como sobrevivência e moradia, são os chamados “sobrantes”, pessoas normais, mas inválidas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e de emprego, fatores que constituem a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade.

A exclusão social tem origens econômicas, já referidas, mas caracteriza-se, também, pela falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda da autoestima. Esta falta de pertencimento social acarreta consequências na saúde geral das pessoas, em especial na saúde mental e emocional, fazendo com que seres humanos relativizem valores e estabeleçam padrões e perspectivas de emancipação social muito restritos.

No Distrito Federal, a atenção do Poder Público com esse segmento populacional é recente e consequência de lutas sociais ocorridas nos últimos anos. O desinteresse do Estado pelas pessoas em situação de rua reflete a contradição com que a sociedade e a opinião pública tratam o tema, ora com compaixão, preocupação e até assistencialismo, ora com repressão, preconceito e indiferença.

A educação tem que buscar soluções factíveis para os problemas que enfrentamos. Hoje, os moradores de rua são um dos problemas mais relevantes da sociedade atual. Mas o que leva uma pessoa a morar na rua? Desemprego, má distribuição de renda, preguiça e outros motivos são apontados frequentemente por filósofos, políticos, sociólogos, educadores e outros profissionais. Podemos até ceder uma parcela da culpa à educação, pois para que serve a educação, ainda mais quando pública, se não para emancipar o ser humano desta lógica alienante do trabalho que o capital impõe para controle social?

Ao iniciar os questionamentos sobre o que significa “morador de rua”, pode-se enumerar uma lista muito grande de conceitos que caracterizam este termo, tais como: pedinte, ou aquele que anda pelas ruas, sujos, com roupas rasgadas e dormindo nas marquises das lojas sofisticadas, aquele que está excluído do mercado de trabalho por estar com a idade avançada ou por não ter qualificação.

Mas, porque surge o morador de rua? Será a preguiça como diz o bem empregado e participante do sistema capitalista? Será a fuga do campo ou a falta de qualificação? Essas e outras perguntas fazem parte das inquietações que deixam os cientistas, sociólogos, economistas e religiosos perplexo. Além disso, deixa a sociedade apavorada, devido à insegurança que as famílias enfrentam nos dias de hoje.

Aqui se faz necessário esclarecer que existe diferença entre morador de rua e mendigo: a princípio, o surgimento dos mendigos advém de coisas simples, isto é, pessoas pobres que não têm como se alimentar; não acham outro meio se não pedir um pouquinho ao próximo para saciar sua fome, ou seja, mendigo é um pedinte. A questão da mendicância aparece com a divisão da sociedade entre pobres e ricos. Com o aumento desse diferencial, os pobres vão à miséria e os ricos ficam mais ricos; aí, levanta-se o estigma entre o vestido, o asseado e o que está sujo, “mulambento” e fedorento, que provoca a sensibilidade das pessoas, e a repulsa daquele que não quer sentir mau cheiro. A princípio, moradores de rua não eram pedintes na Grécia antiga e sim uma opção de vida. Hoje, existe esta confusão entre "mendigos" e "morador de rua". Esta monografia diferenciará "mendigo" como pedinte e "morador de rua" como aquele que não é necessariamente um pedinte.

OBJETIVO GERAL

Colocar o conhecimento científico em favor de uma sociedade mais justa, menos desigual e mais digna, viabilizando a inclusão socioeconômica de indivíduos em situação de rua no Distrito Federal e por consequência refletir sobre a falta de políticas públicas para esta parcela da sociedade, bem como a descriminalização e pré-conceitos sofrido por estas pessoas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1 – Mapear as instituições públicas e privadas do Distrito Federal que atendem moradores de rua e quais os serviços que estas prestam a estes famigerados.
- 2 – Constatar quem são estas pessoas, grau de escolaridade, trajetória educativa e os motivos que as levaram a sobreviverem nas ruas através de questionários aplicados a um morador de rua e a um ex-morador de rua.
- 3 – Entrevistar e relatar as condições de vida e o processo educativo de três moradores de rua e analisar quais são os motivos da evasão escolar deste grupo populacional

2. PRIMEIRA PARTE:MEMORIAL

CHEGANDO NA VIDA... vida de exclusão

Eu, Sérgio Reis Ferreira, nascido em Ipatinga – MG, no dia 01/08/1978, de parto normal, em uma bacia com água do Rio Doce. Filho de Maria dos Reis Ferreira da Silva e pai não declarado.

Por motivos financeiros minha mãe mudou-se para um município de nome Iapú – MG, a duas horas de Ipatinga, e foi neste pequeno vilarejo que dei meus primeiros passos. Minha mãe levantava às quatro horas da madrugada para preparar o almoço e o deixar pronto para quando eu sentir fome me alimentar, pois ela tinha que trabalhar para sustentar a casa. Às cinco e meia em ponto, ela descia o morro onde morávamos para pegar o pau-de-arara (nome que se dava ao caminhão que levava os trabalhadores para o labor). Muitas vezes ela trabalhava no corte de cana de açúcar e, outras, capinando becos de café ou na colheita do cafezal. Por se tratar de um trabalho muito pesado e quase de exclusividade masculina, ela passou a ingerir bebidas alcoólicas para aguentar a dura jornada de doze horas diárias. Só agora entendo o porquê minha mãe trabalhava tanto, pois naqueles tempos os trabalhadores recebiam por produtividade, ou seja, quanto mais “becos” de café capinassem ou sacos de café colhessem, mais recebiam. Quando não estava na época destas duas culturas típicas da região, ela trabalhava de faxineira na casa do doutor Celso que era o dono de todas as plantações da região e também era prefeito da cidade de Iapú. Como eu ia para a casa do doutor Celso acompanhar minha mãe, no trabalho de doméstica, eu tinha contato com os familiares do doutor Celso e foi nesses encontros que tive meu primeiro contato com a educação formal.

As mulheres recebiam, em média, a metade do recebido pelos homens no trabalho do campo. Sendo assim, ela retornava para casa muito cansada, ou às vezes bêbada e sempre que retornava alcoolizada ela me agredia fisicamente.

Minha mãe reclamava muito das constantes violências que sofria nas plantações. Lembro-me que certa vez ela retornou do canavial muito bêbada e começou a me bater aos gritos e me jogou uma panela de água fervendo. Eu saí correndo para a casa do Doutor Celso e o mesmo ao deparar com aquela situação tomou minha guarda e me colocou no Educandário Mãe Dominic – EMAD, na minha cidade natal.

Dominic era o nome de freira de Maria Terezinha Soares Caratez, fundadora do educandário. Ela tinha deixado de ser freira por ter se apaixonado por um homem e ter tido um filho com ele chamado Eduardo Jhonata Soares Silva.

O EMAD não tinha boas condições financeiras e sobrevivia de doações. Este educandário ficava situado em um antigo lixão e as crianças que eram internadas ali ficavam para adoção se os pais não viessem buscá-los.

Por causa de condições sanitárias o governo de Ipatinga desativou o educandário e transferiu todas as crianças para uma creche do governo e convidou a Dominic para ser funcionária da creche. Ela não aceitou e resolveu mudar-se para o Rio de Janeiro e acordou com a administração da creche que levaria um menino para o Rio de Janeiro para continuar o EMAD e, por ironia do destino o escolhido foi o Sérgio Reis Ferreira.

Ao chegar na cidade maravilhosa, ela me colocou na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM. Por eu não possuir nenhum conflito com a lei, fui transferido para a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM. Alguns anos depois fui novamente transferido para um orfanato de evangélicos, situado em Japeri, por nome Augustinho Valério em homenagem ao pastor da igreja que mantinha o orfanato. Não sei se o fato da minha nova instituição ser evangélica contribuiu para que eu apanhasse tanto, ou seja, tiravam nossas camisas, nos algemavam e nos levantavam por meio de uma corrente de suspender motor de carro. Isto deixava os internos só com as pontas dos dedos no chão. Posteriormente, pegavam a mangueirinha do chuveirinho do banheiro e a dobrava no meio de forma que ao segurar a mangueirinha pelo meio ficava as duas pontas que ao se chocarem violentamente contra o nosso corpo, no mesmo instante, subia um vergão de sangue em nossas costas. Quando ficávamos mudos de gritar e moles de tanto apanhar éramos levados para debaixo da torneira de água fria para suavizar as cicatrizes.

O orfanato Augustinho Valério conviveu com muitas fugas em virtude das violências praticadas contras os internos e em duas delas estive vivendo minhas primeiras semanas de morador de rua no centro do Rio de Janeiro. Tudo começou com o espancamento de dois internos pelos monitores em julho de 1993, oito internos, entres eles estava o analfabeto Sérgio Reis Ferreira, resolveram fugir do Augustinho Valério por volta de duas horas da madrugada. Ficaram em uma estação de trem esperando o momento exato de embarcarem de Japeri rumo a Central do Brasil (Estação Dom Pedro I). Lembro-me que fiquei fascinado com a escada rolante, pois nunca tinha visto nada parecido e assim que aprendi a me equilibrar passei a subir e descer pela escada mágica

que andava sozinha várias vezes até que os guardas municipais ordenassem a minha saída e a dos meus companheiros. Saímos em disparada rumo a Av. Presidente Vargas no centro do RJ em direção ao Palácio Duque de Caxias no Centro do Rio. Ficamos perambulando nesta região o dia todo e passamos a noite no gramado com outros mendigos. Assim que o dia amanheceu, fomos para a Quinta da Boa Vista em São Cristóvão e logo começaram as brigas entre os oito aventureiros, pois a maioria do grupo queria ir para as praias de Ipanema. Mas a liderança do grupo apoiada na força bruta manteve o grupo unido e ficamos na Quinta da Boa Vista o dia todo e, à noite, dormimos no Estádio Mário Lobo Filho (Maracanã). Com as discórdias e as agressões físicas em decorrência da disputa por comida, a dispersão foi inevitável e eu resolvi ir para a praia sozinho e foi assim que abandonei Presidente Vargas para conhecer Ipanema pessoalmente.

Depois de algumas semanas na rua fui para a casa da Dominic em Imbariê – Duque de Caxias – Baixada Fluminense do Rio de Janeiro e a própria Dominic me levou de volta para o orfanato. Pouco tempo depois dos castigos a que fui submetido, aconteceu uma das maiores chacinas de moradores de rua da história do Brasil, a chacina da Candelária, datada de 23 de julho de 1993.

Logo depois, o orfanato Augustinho Valério abriu os portões daquela instituição e a coordenadora que a chamávamos, por livre e espontânea pressão, de tia Vilma me disse que eu poderia ir embora. E a perguntei para onde, Ela me respondeu que o problema não era dela nem da instituição.

Sem saber para onde ir, eu procurei a Dominic e ela me aconselhou a procurar minha mãe em Ipatinga. Ao chegar em minha cidade natal soube do ex-prefeito de Iapú que ela havia se mudado para o bairro da Pampulha em Belo horizonte. Quando cheguei ao bairro da Pampulha, recebi a pior notícia que uma pessoa pode ter na vida, ou seja, minha mãe havia falecido e eu não a encontrei com vida por ter chegado na casa onde ela morava dois meses depois de seu falecimento. Maria dos Reis Ferreira da Silva faleceu no bairro da Pampulha em Belo Horizonte e seu filho Sérgio Reis Ferreira não pode ficar com a casa onde ela morava no bairro da Pampulha, pois sua mãe não tinha a escritura do terreno. Desde então, Sérgio Reis Ferreira passou a morar nas ruas de BH.

No período em que vivi nas ruas de Belo Horizonte tive a oportunidade de conhecer lugares interessantes como a Lagoa e a Igreja da Pampulha, o Mineirão e o Mineirinho, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e o aeroporto da Pampulha. Para mim foi algo muito especial, pois estava conhecendo a Capital do meu

Estado. Mas as dificuldades impostas pelas ruas exigem que você conquiste tudo que necessite, ou seja, um simples banho, beber água potável, fazer as necessidades fisiológicas, se alimentar e tantas outras. Essas dificuldades fizeram nutrir em mim um desejo de me mudar de uma Belo Horizonte suja e violenta para a capital do meu país. Um dia, depois de ouvir a música faroeste caboclo, da banda Legião Urbana, eu resolvi embarcar nesta nova aventura, pois já tinha perdido minha mãe e o “conforto” do orfanato. Muitas vezes pensei que mesmo, às vezes, sendo agredido era melhor, pois ao ser hospitalizado tinha uma cama para dormir, roupa limpa, banheiro para fazer as necessidade fisiológicas, além de poder manter minha higiene diária.

A VINDA PARA BRASÍLIA

Embarquei de ônibus com o pouco dinheiro que tinha ganhado vigiando carro em direção a cidade de Goiás, mas o dinheiro só deu para a metade do trajeto. No resto do caminho, ganhei carona e alguns quilômetros eu fiz a pé. Ao chegar em Goiânia, tive uma ajuda financeira de um comerciante, a qual foi suficiente para chegar a Rodoferroviária, em Brasília. Quando me deparei com a cidade eu só perguntava cadê os prédios? Onde mora o presidente? Cadê a igreja em forma de coroa e onde fica a esplanada? Logo me transformei em motivo de gargalhada das pessoas que estava na rodoviária. Eu não entendia nada das explicações a respeito de endereço e passei a morar na Rodoviária do Plano Piloto. Alguns anos depois, uma senhora que trabalhava na parte social da rodoviária me falou a respeito do supletivo do Centro Supletivo da Asa Sul – CESAS.

Contei minha vida pregressa para os dirigentes do CESAS e eles me deram uma prova para saber meu grau de alfabetização e, como não me sai tão bem, eles fizeram um trabalho especial de aquisição dos códigos da escrita e da leitura e daí para frente eu não parei mais, pois não tinha lugar para ir e passava o dia todo no colégio aproveitando o espaço da biblioteca, a quadra de futebol e a de basquete, além do bom ambiente, fato este que me livrou das ruas durante o dia e no período da noite eu estava tão cansado que só procurava um lugar seguro para dormir.

Nas ruas do Distrito federal pude conhecer outros moradores como o Fernando da Escola de Música de Brasília – EMB. Ele estudava baixo acústico e era sempre uma conversa descontraída com este amigo, pois ele me ensinava muitas coisas novas a respeito da música que eu não conhecia e me levava para as apresentações gratuitas de músicos consagrados.

Outra pessoa que conheci nas ruas de Brasília e que foi muito salutar para meu crescimento como ser humano foi o Amarildo, uma pessoa fantástica que ainda estuda no Centro Interescolar de Línguas – CIL, ele fala espanhol fluentemente, é da turma avançada de inglês e agora está aprendendo Francês.

CONQUISTA: O INGRESSO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA DE UM MORADOR DE RUA

Ao terminar o segundo grau no CESAS, eu tentei fazer vestibular pra matemática na UnB e não obtive êxito e, no ano de dois mil e três encontrei o ministro da educação Cristovam Buarque saindo do restaurante Piantela, situado nas entre quadras 202/203 da Asa Sul. Na oportunidade solicitei a ele que me ajudasse a entrar na UnB, e ele me disse que nem sua filha tinha feito UnB e me pediu meu celular para tentar arrumar uma vaga no Pré-vestibular – ALUB. Disse a ele que morava nas ruas e não possuía celular e o ministro da educação me garantiu que tentaria arrumar uma vaga no ALUB para eu estudar e para isto ele pegou o telefone do Zacarias manobrista do Piantela. Perdi contato com o ministro Cristovam e em mais um dia de andança encontrei um cartaz dizendo bolsa socioeconômica de cem por cento no ALUB e fui a 506 da W3 sul onde ficava o ALUB¹ e conversei com a responsável pela bolsa sócio-econômicas. E ela pediu para que eu fizesse a prova de nivelamento do ALUB, pois as bolsas de 100% eram dadas para os vinte melhores classificadas nesta prova. Fiz a prova de nivelamento e me sai muito bem, mas minha classificação foi a trigésima, e como só os vinte primeiros conseguia bolsa eu fui encaminhado pela assistente social do ALUB, a sala do dono do cursinho e ex-aluno da UnB Alexandre. Ao contar minha história de perseverança, ele concedeu bolsa de cem por cento além de me disponibilizar todo o material didático.

Ao fazer o primeiro vestibular de 2006 para o curso de pedagogia, fui aprovado e quando eu vi meu nome na lista de aprovados eu sai gritando de felicidade pela esplanada e, alguns dias depois, fui entrevistado pelo Jornal Comunidade do CEUB e, logo o feito veio a tona e passou a ser noticiado pelos principais veículos de comunicação. Fico muito feliz por ser o primeiro morador de rua a passar na UnB e ser o primeiro a me formar, pois ingressei no primeiro vestibular de 2006 e estou

¹ Curso preparatório para o vestibular constituído por alunos da Universidade de Brasília, que tinha como objetivo inicial atender alunos com menor poder aquisitivo.

concluindo no segundo de 2012. Isto revela que não preciso provar nada pra ninguém, somente para mim, que sou capaz, mas não se enganem quando falarem que quem quer consegue. Isto é uma grande mentira, pois mesmo querendo, se você não tiver apoio moral que te motive você nunca terá a garra de competir por uma vaga nas Universidades Federais.

Entrei na UnB por meio das cotas raciais e sou favorável à discriminação positiva, ou seja, de dar oportunidades iguais a pessoas diferentes. A discriminação positiva introduz na norma o tratamento desigual dos formalmente iguais, um bom exemplo é a reserva de vagas de cargos públicos para deficientes físicos determinada pela Constituição Brasileira de 1988.

Muitas pessoas são contrárias à ação afirmativa de reserva de vagas nas universidades públicas para alunos negros ou afro-descendentes, pois se sentem prejudicadas por verem as suas chances de passar no vestibular diminuídas. Mas se você entra em um banco na Bahia, onde a maioria da população é negra e pergunta para o gerente porque o banco não representa a sociedade negra onde esta inserido, pois quase todos os funcionários são brancos e os poucos negros que alí trabalham estão servindo cafezinho, limpando chão ou lavando banheiro, ele te responderá que o banco parece um banco Suíço dentro da Bahia e dirá que os negros ou afro-descendentes não tem qualificação. Sendo assim, universidades compromissadas com a sociedade abriram cotas para negros no sentido de dar qualificação a estas pessoas, o que estas instituições não previram foi o alcance desta medida, ou seja, deu oportunidade ao mendigo negro, ao morador de rua negro e outros negros marginalizados pela cultura elitista branca a ingressarem na universidade e, sendo assim, ao adotarem cotas para negros as universidades não se adequaram para receber pessoas como o negro e morador de rua Sérgio Reis Ferreira.

Acredito que a universidade idealiza o estudante perfeito e se esquece da complexidade da existência humana, pois quando vem mendigo morador de rua para dentro da universidade, vem também com estes as doenças, os vícios, a falta de disciplina e, naturalmente, a dificuldade de se adequar a rigidez acadêmica. Sendo assim, é a academia que, em um primeiro momento, tem que se adequar para receber estes estudantes e, até que eles se adequem a academia. Falo isto por experiência própria, pois tive muita dificuldade para me adequar aos horários, às regras acadêmicas escritas e as não escritas, a exigência de produção e, principalmente, para me adequar a cultura acadêmica, ou seja, a maneira de se falar e de se comportar em grupo.

Quando entrei na UnB pelas cotas raciais o diretor do Centro de Convivência Negra, Jackson de Jesus, foi me buscar na Quadra 303 sul e me apresentou para o Decano de Assuntos Comunitários e este me encaminhou para o apartamento 303 do Bloco: A da Casa do Estudante Universitário – CEU/UnB. No apartamento 303 A havia três moradores e, eu passei a dividir este apartamento com o Agnaldo, do curso de nutrição, o Eduardo, de Agronomia, e o Adam, da Biologia. Sofri muito preconceito pelos moradores do 303 A, pois eu era o único morador negro do apartamento e o único proveniente das ruas do Distrito Federal – DF. Tive extrema dificuldade de adaptação no apartamento e de um modo geral a toda esta nova etapa da minha vida e somente depois que foi aparecendo conflitos entre eu e os outros moradores é que a administração da UnB instalou um processo disciplinar contra minha pessoa. Fui absolvido no processo e, por iniciativa própria, eu procurei tratamento psicológico para me auxiliar nesta etapa de adaptação.

Quando eu entrei na UnB, o jornal comunidade do Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB divulgou a notícia e logo outros veículos de comunicação passaram a me procurar para fazer matérias com o Sérgio Reis Ferreira ex-morador de rua. Uma das primeiras reportagens que documentou minha história de perseverança foi uma reportagens com o título: “A incrível maratona de Sérgio Reis Ferreira, a história de um ex-morador de rua que virou estudante da Universidade de Brasília”

Qual a perspectiva de quem mora na rua? De quem dorme ao relento, come as sobras dos restaurantes e consegue um trocado aqui e ali com esmola ou prestação de serviços? Como mudar a vida dessas pessoas? Sérgio Ferreira dos Reis, 29 anos, ex-morador de rua, descobriu um jeito de transformar seu destino. Resolveu estudar.

As reportagens a seguir, mostram parte da minha história de vida, especialmente do meu ingresso na Universidade de Brasília.

Ex-morador de rua consegue vaga na UnB²

“Eu nasci em Minas. A minha mãe trabalhava na lavoura de café e colocou a gente num orfanato, porque não tinha condição. O prefeito da cidade colocou a gente no orfanato. Quando sai desse orfanato, já com 18 anos, não tinha estudado nada. O orfanato era interno e eu acabei ficando sem estudar. Voltei para procurar minha mãe e descobri que ela havia falecido. Aí, sem local para ficar, resolvi vir para Brasília”, conta Sérgio.

² Reportagem feita por Fernanda Galvão, para o DF TV do dia 11/02/2008. Disponível em: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/bom-dia-df/v/ex-morador-de-rua-consegue-vaga-na-unb/788350/>. Acesso em: 20/09/2008.

“Tinha uma música do Legião Urbana que falava: ‘Vou me embora, vou me embora para Brasília. Nesse país, lugar melhor não há’. Aí eu vim. E, realmente, pra minha vida foi esplêndido mesmo. Hoje eu posso falar que a música é verdadeira. Nesse país, lugar melhor não há”.

“Eu procurei o Cesas, o Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul, conversei lá e disse que queria estudar. Eles me deram uma prova para ver o meu nível. Eu fiz a prova, me sai bem e eles me colocaram na 5ª série. Eu terminei a 5ª, a 6ª, a 7ª, a 8ª e passei para o segundo grau. E ainda falei: ‘Pena que eu nunca vou ter a oportunidade de fazer uma faculdade’. Eles disseram: ‘Cara, quem quer faz acontecer’”.

“O Sérgio procurou o curso, passou no exame seletivo de bolsas, ganhou uma bolsa 100% e, no final, ele se esforçou muito e passou no vestibular da UnB. Graças a Deus”, diz o diretor de cursinho Alexandre Siqueira.

“Quando eu vi lá o resultado: Sérgio Ferreira dos Reis, nem acreditei. Sai gritando pela Esplanada dos Ministérios que nem doido. Talvez tenha sido a maior felicidade que eu tive na vida até hoje”, lembra Sérgio.

“Quando nós ficamos sabendo que o Sérgio tinha passado no vestibular, para o curso noturno de Pedagogia, ele foi selecionado como prioridade. Foi encaminhado para a Casa do Estudante, antecipamos o encaminhamento dele e ele recebeu também, imediatamente, uma bolsa de alimentação”, conta o diretor de Desenvolvimento Social da UnB, Rubens Campos.

“Ele sempre andava com livro debaixo do braço e o pessoal falava que ele ia fazer vários vestibulares: ‘Olha o homem do vestibular!’”, recorda o morador da 202 Sul, Jorge Costa.

“Ele passava a lavar carro eu ajudava na medida do possível. Quando tinha uma dificuldade, às vezes de comprar um livro ou de tirar uma xerox, nós propúnhamos uma nova modalidade de troca. Ele sempre perguntava se eu precisava de alguma coisa. Eu dizia: ‘E você, precisa? Vamos trocar’”, conta o morador da 304 Sul, Cláudio Marques.

“Hoje, o que eu tenho e não tinha antes é um local onde morar; tenho o meu trabalho, eu faço estágio na gráfica do Senado; tenho um local para guardar meus livros, não preciso mais dividir espaço com os roedores. Ou seja, tenho uma vida bastante diferente da que eu tinha antigamente”, revela Sérgio.

Foram sete anos morando na rua. Sérgio dividia com um amigo, Raul Seixas, um espaço na marquise dos fundos de uma comercial da Asa Sul. As caixas de papelão e a tampa de ferro da abertura do esgoto – que era usada para guardar roupas, livros e cadernos – continuam no mesmo local. Só que agora, Raul é o único ocupante.

“Eu passava o dia inteiro no cursinho e só voltava para a Asa Sul para dormir. Quando eu abria a tampa do esgoto, estava cheio de baratas e isso em deixava muito chateado. Na verdade, eu é que estava invadindo o espaço das baratinhas”, confessa Sérgio.

“Na rua você fica sem nenhuma perspectiva de futuro. Você só pensa em se manter vivo. Hoje, tenho certeza que tenho uma direção certa a seguir: terminar o meu curso e trabalhar na área. Quem sabe arrumar um lugarzinho no interior para dar aula, perto de um rio. A vida da gente é uma grande maratona. Já concluí os primeiros metros, mas ainda tem muitos metros pela frente. Eu espero chegar ao final dessa maratona bem”, afirma o universitário.

Outra reportagem que conta parte da minha história foi feita Secretaria de Comunicação da UnB – SECOM e publicada em 18/08/2006.

***Das ruas para a Casa do Estudante. Programas de Assistência Estudantil da UnB, ajuda universitário, ex-morador de rua, a conseguir estágio e continuar os estudos.*³**

Das 7h às 13h, o estudante do 2º semestre do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB), Sérgio Reis Ferreira, 28 anos, tira dúvidas e recebe documentos de candidatos que chegam à Central de Atendimento do Centro de Seleção e Promoção de Eventos da UnB (Cespe/UnB). Ao sair do estágio, ele aproveita para almoçar no Restaurante Universitário (RU), antes de retornar ao apartamento que divide com dois colegas na Casa do Estudante Universitário (CEU). O período da tarde, por sua vez, é dedicado aos estudos e aos trabalhos acadêmicos, pois às 19h, horário de início das aulas, Sérgio gosta de estar com o conteúdo em dia.

A rotina de universitário é bem diferente da que ele levava há seis meses. Nascido em Ipatinga (MG), ficou por cinco anos dormindo pelas ruas de Brasília, guardando suas roupas dentro de bueiros. Hoje, Sérgio é aluno e bolsista da UnB. Assim como outros 2,8 mil estudantes de baixa renda, ele recebe apoio da universidade para garantir sua permanência no ensino superior. Essa ajuda é dada por meio dos Programas de Assistência Estudantil oferecidos pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB. “Para mim, esse apoio foi fundamental”, afirma.

A UnB oferece quatro programas básicos: bolsa de alimentação, moradia estudantil, bolsa de permanência e vale-livro (ver quadro). Ao início de cada semestre, o Serviço de Programas de Desenvolvimento Social (SPS), ligado à Diretoria, abre um período de solicitação para que alunos que comprovem baixa renda possam se beneficiar com os programas. “No caso do Sérgio, a nossa equipe de assistentes sociais conseguiu uma moradia e um estágio imediatamente”, conta a responsável pelo SPS, Ariadna Aparecida Rodrigues Nunes.

CONQUISTA: o ingresso na universidade pública de um morador de rua

Durante parte de sua infância, Sérgio morou com a família em sua cidade natal. Trabalhadora de uma lavoura de café em Ipatinga (MG), a mãe começou a ter problemas com bebida e ficar agressiva, o que motivou Sérgio e seus dois irmãos mais novos a saírem de casa. As crianças foram adotadas por um orfanato da cidade. Tempos depois, a casa que servia de abrigo foi fechada pelo governo local por falta de infra-estrutura. “Nessa época, mudei para o Rio de Janeiro e me separei dos meus irmãos”, lembra. Na capital carioca, morou em diversos outros orfanatos. Ele conta que, em alguns deles, sua vida foi muito conturbada. “Apanhava muito”, diz.

Dos orfanatos do Rio, Sérgio passou a morar nas ruas de Belo Horizonte (MG). Na capital mineira, soube que a mãe havia falecido e que os irmãos tinham sido adotados. Depois de dois anos em BH, decidiu mudar-se para a capital do país. “Eu acreditava que iria encontrar com o presidente da República numa padaria e que ele resolveria os meus problemas”, conta.

O encontro com o presidente de fato ocorreu, mas anos depois de sua chegada a Brasília. Morador de rua nas proximidades das comerciais 203/204 e 402/403 Sul, Sérgio teve a oportunidade de apertar a mão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando este saía do restaurante Piantela. “Por ali, encontrei vários políticos: Lula, Paulo Octávio, Cristovam Buarque”, afirma. Em algumas oportunidades, Sérgio aproveitava para pedir ajuda. Mas foi sozinho que o estudante conquistou a almejada vaga na universidade.

³ Reportagem feita por Renata Camargo, para a Secretaria de comunicação da UnB e publicada em 18/08/2006. Disponível em: <http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0806-36.htm>.

Sérgio prestou dois vestibulares antes de ingressar no curso de Pedagogia da UnB. O ensino médio, feito no Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul (Cesas), serviu de base para tentar uma vaga na universidade, mas não foi suficiente. “É muito difícil sair do ensino supletivo e competir com alunos de colégios particulares. Além disso, vivendo na rua, tinha que me preocupar com o que comer, em como tomar banho e onde dormir”, afirma. O subsídio necessário para realizar com sucesso as provas do vestibular da UnB veio com a bolsa de estudos do cursinho AlunB Pré-Vestibular. “Tem muita gente na rua que precisa apenas de oportunidade”, defende.

VIDA NOVA: vida acadêmica de um morador de rua

Aquele jovem que chegou a Brasília com a pretensão de se encontrar com o presidente tem, hoje, sonhos mais concretos. Sérgio quer o que quase todo mundo almeja: ter uma vida estável e tranquila. “Meu maior objetivo é ser aprovado em um concurso público. Passei em 29º na seleção da Infraero, mas não fui convocado”, afirma.

Da janela de seu apartamento na Casa do Estudante Universitário, Sérgio tem uma vista privilegiada do Lago Paranoá. Mesmo com a nova vida, ele não esquece das dificuldades que passou e injustiças sofridas. “A desigualdade social aqui é gritante. Vivemos na sociedade do cada um com seus problemas.com.br”, define.

Insatisfeito com os escândalos de corrupção que assolam o país, Sérgio acredita que a sociedade deveria se mobilizar mais. “É preciso ter mais foco. A população dorme por não conhecer seus direitos”, diz. Para ele, uma das grandes injustiças do Brasil está na cobrança de impostos. “Que país é esse em que o pobre paga o mesmo imposto no feijão que o rico? Isso é desumano”, conclui. Esta reportagem foi assinada por: Renata Camargo Da Assessoria de Comunicação do Cespe/UnB.

Outra reportagem significativa na minha vida é a da Faculdade Batista Brasileira que foi ao ar com o título de: Sérgio Reis Ferreira é um sobrevivente.

“Órfão e vivendo de bicos, o rapaz foi aprovado para o curso de Pedagogia, na UnB. Ele mora na rua, tem um bueiro como guarda-roupa – na comercial da 302 Sul -, não conhece o pai e perdeu a mãe muito cedo. Já foi pedreiro, vendedor de cachorro-quente, flanelinha, lavador de carros. E até “fogueteiro” – garoto que avisa aos traficantes quando a polícia chega. Mas tantos obstáculos não foram capazes de impedir Sérgio Reis Ferreira, 27 anos, de lutar por um futuro melhor. Nem pensar. E, assim, ele conquistou a proeza de ser um dos novos calouros do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB), no primeiro semestre letivo de 2006. Mais. Aguarda ser chamado para os concursos da Infraero e Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb). A história de Sérgio, conhecido nas ruas como Carioca, é marcada por fugas, tragédias e remorsos. Mas é marcada, principalmente, por vitórias, por superação. Quando ele tinha nove anos, foi separado da mãe, ao lado dos dois irmãos mais novos, na cidade de Iapu (MG). “Sempre que bebia para suportar o trabalho na lavoura, ela nos agredia. Uma vez tentou nos queimar com uma panela de água fervendo. Preocupado, o prefeito nos mandou para um orfanato em Ipatinga (MG)”, lembra. No orfanato, Sérgio ganhou outra mãe. O carinho pela mulher que cuidava dele e dos irmãos foi tanto que, quando ela mudou-se para Duque de Caxias (RJ), ele foi junto. Depois, não teve mais contato com os irmãos César e Celso, que ficaram no orfanato. Nem tudo foi felicidade, porém, como quase toda as crianças, Sérgio começou a dar trabalho à tutora.

Vieram os castigos. “Ela passou a me bater e eu voltei a fugir, como fazia com minha mãe legítima. Só que a minha fuga era para o morro”, diz. Foi nesta época, aos

12 anos, que aprendeu o ofício de “fogueteiro” para servir aos traficantes. Pronto. Não demorou e foi parar na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, a temível Febem. O tempo passou e ele foi mandado para outro orfanato. As escapadas não pararam. O garoto voltou a morar com a mãe legítima, que se mudara para Ipatinga, mas o padrasto o impedia de estudar. Foi quando fugiu para mais longe. Aos 19 anos, veio parar em Brasília pela primeira vez. “Queria conhecer o presidente, o Congresso. Cheguei na Rodoferroviária e, de lá, fui para Taguatinga. Me falaram que ali conseguiria ajuda”, lembra. Sérgio passou a vender cachorro-quente e alugou um quarto nos fundos de uma agência bancária. Não deu certo. “O quiosque fechou e eu não tinha condições de me sustentar. Conheci dois moradores de rua e aprendi a ganhar a vida vigiando carro”, diz. Não demorou e Sérgio voltou para visitar a mãe no interior de Minas. Tragédia. Ali, recebeu a trágica notícia de que ela havia morrido. A dor e os problemas não terminariam. Nem mesmo na casa que era sua por direito ele poderia ficar. O padrasto, que morrera antes da mãe de Sérgio, deu um jeito de deixar o imóvel para uma filha de outro casamento. Sem rumo, ele voltou para Brasília. Sem teto, foi morar nas ruas. Mas a esperança de uma vida melhor não diminuíra. Mesmo com a vida levada nas ruas, sem emprego, sem teto, esse sobrevivente não aceita ser chamado de mendigo. “Sempre trabalhei. Nunca pedi”, garante. Com o tempo, decidiu que queria estudar. Iniciou um curso supletivo, da 5ª série do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, no Cesas, na Asa Sul. “Mas eu queria continuar estudando. Um dia, na rua, encontrei com o Cristovam Buarque, que era ministro da Educação, e pedi para ele me ajudar a entrar na UnB. Ele me disse que nem a filha dele conseguiu. Então, ele citou o cursinho Alub e comentou que tentaria uma bolsa para mim”, afirma. Mesmo sem resposta do ex-ministro e atual senador, Sérgio decidiu ir ao pré-vestibular. Após um teste de nivelamento conseguiu a tão sonhada bolsa de estudos. “Descobri que não sabia nada. O sinal de adição era uma novidade para mim”, brinca. Sérgio conquistou espaço no cursinho. Ganhou livros, virou monitor e foi parar até em uma turma avançada. Na terceira tentativa, após um ano e meio no cursinho, Sérgio Reis Ferreira viu seu nome na lista dos aprovados. Ele passou pelo sistema de cotas. E garante que não pára por aí. “Não quero que ninguém tenham as dificuldades que tive”, sonha. Não duvidem. Ele já provou, após vencer tantas dificuldades, que é capaz de mais uma proeza.

Essas reportagens foram significativas na minha trajetória de vida, pois demonstram que por meio da educação eu consegui modificar minha história de vida, mas não se enganem com falsos discursos que dizem “que quem quer consegue” até consegue se tiver, no mínimo, apoio moral.

VIDA ACADÊMICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O homem é um ser social e para conviver nesta sociedade ele precisa se reconhecer no outro para respeitar as diferenças e amenizá-las, já que ninguém é igual a ninguém. Sendo assim, quando entrei na academia, a instituição me colocou em um meio social que eu não me reconhecia, não sabia falar a linguagem acadêmica, não sabia me portar e me comportar como um acadêmico, pois tinha vindo das ruas e só sabia falar a linguagem das ruas, me vestir como um morador de rua e me comportar como

um morador de rua. A UnB não respeitou minha diferença, não me encaminhou, ao iniciar o curso, a um psicólogo, não respeitou a complexidade da existência do morador de rua que é, extremamente, conflitante.

No dia 05/04/2006 o Jornal de Brasília nº 11.001 publicou na capa a foto do morador de rua Sérgio Reis Ferreira saindo de um bueiro onde ele guardava seus pertences escolares e este fato contribuiu de forma muito negativa para a integração acadêmica do estudante de Pedagogia, pois muitas pessoas da academia não gostam de se relacionarem com morador de rua, negro e, ainda mais, quem tinha como armário um bueiro. Fui desligado do programa estudantil de moradia pelo Professor Pedro Saddi, Decano de Assuntos Acadêmicos – DAC/UnB, na gestão do professor Timothy Mulholland. Desde então, tenho tentado voltar a residir na casa do estudante universitário – CEU/UnB.

Uma das tentativa de retornar à CEU foi quando, nas férias, ocupei a reitoria para pedir a renuncia do reitor Timothy Mulholland, juntamente com os moradores da CEU/UnB. Fomos recebidos pelo vice-reitor professor, mas não obtivemos êxito, pois a UnB estava de recesso devido ao fim do semestre acadêmico. Depois de muita insistência o Professor Edgar Mamiya, vice-reitor da UnB, nos recebeu e falou que se não desocupássemos a reitoria ele iria chamar a polícia. Sendo assim, desocupamos a reitoria, pois éramos somente vinte e dois alunos e moradores da CEU com a condição da administração superior da UnB passar a fornecer alimentação três vezes por dia aos moradores da Casa do Estudante Universitário sem cobrar nada por isto. Antes era fornecido almoço e jantar, mas os estudantes moradores da casa tinham que pagar e não era fornecido café da manhã. Mesmo com esta pequena conquista, adquirida na negociação de desocupação da reitoria pelo estudantes moradores da casa, não desistimos da exigência principal da ocupação que era a renúncia do reitor, devido aos escândalos com verbas de pesquisa destinadas à Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec, publicado pelos órgão de comunicação como no link: http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/imagem_da_unb.htm de 07 02/2008.

No retorno das aulas na UnB os moradores da CEU se reuniram com os Centros Acadêmicos da UnB – Cas/UnB e com o Diretório Central dos Estudantes da UnB - DCE/UnB para pedir apoio para uma nova ocupação, desta vez, pedindo não só a renuncia do reitor mas o afastamento de todas as fundações. Na tarde do dia 3 de abril de 2008, ocupamos a reitoria da UnB, desta vez, com mais de 200 estudantes. Fato este documentado pelo sitio do Centro de Mídia independente – CMI

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/04/416315.shtml>. Vários órgãos de comunicação cobriram a ocupação. Divulgamos que a ocupação tinha como pautas principais a saída imediata do Reitor: Timothy Mulholland, de seu vice: Edgar Mamiya, do conselho diretor da reitoria e das diretorias da Fundação Universidade de Brasília – FUB, da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – Finatec, e de todas as fundações envolvidas em processos de corrupção. Fomos agredidos fisicamente diversas vezes como comprova as fotos do periódico Correio Braziliense datado de 08/04/2008 edição nº 16396 que divulga na capa duas fotos de estudantes sendo espancados. Na primeira foto, que mostra quatro vigilantes do campus espancando estudante com tapa na cara, o rodapé diz “Em tarde de fúria, vigilantes que faziam a segurança na entrada do prédio da reitoria espancaram estudantes. Na segunda foto, estudantes estão no chão sendo agredidos pelos vigilantes. No dia 11/04/2008, a edição nº 16.399 publicou que o reitor se afastou do cargo por sessenta dias por motivo de saúde. Nesta mesma edição o caderno cidade/tema do dia publicou uma foto que mostra o estudante Sérgio Reis Ferreira sem camisa e de calça social a frente de uma manifestação pedindo a saída do vice-reitor e de todos os decanos. O jornal a folha online publica em seu sitio www.folha.com em 13/04/2008: “O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, vai entregar nesta segunda-feira (14) ao ministro da educação, Fernando Haddad, uma carta comunicando sua renúncia definitiva ao cargo de reitor da Instituição. A decisão foi a mesma do vice-reitor Edgard Mamiya. A mesma deverá ser adotada por outros cinco administradores de confiança escolhidos pelo reitor”.

Na gestão Pro-tempore do professor Roberto Armando Ramos de Aguiar eu não consegui voltar ao CEU e continuei morando na rua, pois a Decana de assuntos comunitários Doris Neves, que era servidora técnica administrativa da UnB, não quis legalizar minha situação de moradia alegando que era uma gestão pro-tempore. Sendo assim, trabalhei na campanha do professor Jose Geraldo de Sousa Junior para assumir o cargo de reitor da UnB, pois o mesmo tinha trabalhado com o professor Roberto Lyra filho que é o mentor do direito achado na rua. Acreditava que ao assumir a reitoria ele iria me reintegrar a Casa do Estudante Universitário – CEU/UnB. Ele ganhou as eleições me reintegrou a Céu e, é graças a esta gestão compromissada com os estudantes da UnB economicamente desfavorecidos que tenho condições de apresentar estas minhas memórias tão fadigadas de lutas, derrotas e conquistas.

Ao chegar à graduação, achei, erroneamente, que tudo que tinha aprendido deveria ser deixado de lado, pois o foco da aprendizagem agora deveria ser os conteúdos próprios das disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Pedagogia, mas não pude deixar o aprendizado da rua para trás, eu sai da rua, entretanto o aprendizado que adquiri na rua permaneceu comigo. A universidade de Brasília me impôs que me adequasse às normas escritas e não escritas da academia, dissimulado no contexto de que dentro da universidade todos somos iguais. Tive de me adaptar a forma de falar, vestir, portar e tantas outras como a linguagem não verbal e escrita.

UMA FATALIDADE

No dia 28/08/2012 sai da UnB pela manhã para continuar a entrevista com o Fernando, resolvi passar no restaurante do Wanderlei situado na 303 Sul para pegar um marmitex e dividir com o Fernando. Fui abordado abaixo do Shopping Pátio Brasil por três moradores de rua que me perguntaram o que eu estava levando na sacola e eu lhes respondi que era o meu almoço. Eles tentaram tomar minhas quentinhas a força e eu reagi. Como vi que não conseguiria sair com o marmitex eu o lancei ao chão e um dos moradores de rua me deu uma facada que perfurou o pulmão. Andei cerca de uns trinta metros até o restaurante do Wanderlei e cai no chão. Alguns clientes dos restaurantes da mesma quadra perceberam que eu estava sangrando muito e chamaram os bombeiros e a polícia. Imediatamente os moradores de rua que tinham tentado roubar meu almoço fugiram, mas o que me deu a facada continuou no local e ao chegar a polícia ele foi preso em flagrante.

Quando os bombeiros chegaram eu fui colocado na ambulância e levado ao Hospital de Base do Distrito Federal e, ao chegar ao hospital fui direto para a mesa de cirurgia. Evoluí bem no pós-operatório, mas tive muitas dores, principalmente, por causa do dreno.

Não culpo os moradores de rua por tentarem subtrair minha marmitex, a culpa é do capitalismo que gera pobreza em uma progressão geométrica e a riqueza em uma progressão aritmética. Ou seja, neste sistema de competitividade para que exista um vencedor é necessário existir vários perdedores. Quanto à agressão física que quase me levou a óbito, eu somente aprendi uma dura lição: quando seres humanos “invisibilizados” e silenciados pela sociedade como o caso dos moradores de rua, ela luta desesperadamente utilizando até os meios mais vis e sorrateiros, no caso, a violência.

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza pode ser absoluta, quando define as condições mais baixas de uma sociedade, ou relativa quando contempla a distância entre as melhores e as piores condições de vida. É pela pobreza relativa que se entende os padrões dos mínimos sociais como parâmetros de distribuição de riqueza social. Situação pela qual passa a maior parte da população de rua, que se encontra no limite da pobreza. E a questão da exclusão social pode implicar na privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, situação esta vivenciada pela população de rua que de certa forma perdeu seu direito de votação que é classificada como a pior fase que alguém poderia se encontrar, por não ter vínculos pessoais, sociais e nem mesmo condições mínimas de sobrevivência. De acordo com Wanderley (1997), excluídos são todos aqueles que são rejeitados dos nossos valores, mercados materiais, não sendo excluídos somente fisicamente, geograficamente e materialmente, mas também uma exclusão cultural.

3. SEGUNDA PARTE: ESTUDO SOBRE DIFICULDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE MORADORES DE RUA NO CURSO SUPERIOR

Um dos reflexos do intenso processo de exclusão social é a população em situação de rua que não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para a habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade como moradia. Isto acontece em decorrência da ocupação do solo urbano estar baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra.

A população de rua do Distrito Federal pode ser considerada em três tipos: (a) Ficar na rua circunstancialmente, (b) estar na rua recentemente, (c) ser de rua permanentemente.

a) Ficar na rua: situação de precariedade devido à ausência de recursos para se manter, necessitando de programas de proteção social. As pessoas que se encontram nessa situação sentem-se desvalorizadas e demonstram medo de dormir na rua, buscando albergues ou pensões para ficarem, recorrendo aos serviços do plantão do Serviço Social e geralmente estão à procura de emprego ou bicos que lhe permitam pagar uma pensão. Eles não aceitam ser identificados como morador de rua, e ainda possuem fortes laços com familiares e tem propósitos.

b) Estar na rua: começam a adotar a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Relacionando com as pessoas que já estão na rua, buscam novas alternativas de sobrevivência. Os contatos com a família, apesar de ainda os possuir, estão enfraquecidos.

c) Ser de rua: a rua torna-se seu lugar de referência e espaço de suas relações, sendo limitadas suas condições de higiene e alimentação. Fazem eventualmente uso de bebidas alcoólicas e sofrem um processo de depauperamento físico, mental em função de sua condição de vida. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, e na maioria das vezes já perderam o vínculo com a família.

Conforme o Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua, publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome a população em situação de rua se caracteriza por ser

Entre os principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental etc.

Do exposto acima, decorre a necessidade de se reinserir estas pessoas ao mercado de trabalho e consequentemente à sociedade e é neste momento que a escola se faz necessária.

Segundo Pierre Bourdieu no primeiro capítulo do livro *O poder simbólico* (BOURDIEU, 1989) a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Eles tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias "heranças", como a postura corporal e a habilidade de falar em público. Os próprios estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado. Uma mostra dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investirem menos esforços no aprendizado formal, desenhando um círculo que se auto-alimenta.

No sentido de inquietar a comunidade acadêmica da Universidade de Brasília a encontrar soluções plausíveis para as dificuldades dos moradores de rua do Distrito Federal é que me propus a pesquisar a inserção, por meio da educação formal, dos moradores de rua. Nos dias atuais, está na moda a palavra “reciclagem”, mas não estamos aproveitando e nem reaproveitando o ser humano menos favorecido socioeconomicamente. No caso dos moradores de rua, é papel da comunidade científica apontar soluções à sociedade e governo a cerca deste grupo populacional. Temos de pensar um programa de ressocialização dos moradores de rua dos Distrito Federal financiado, a princípio, pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza do Governo Federal ou qualquer outro programa de transferência de renda. Neste sentido, necessitamos procurar soluções para a alimentação, abrigo e assistência psicológica, jurídica e médico-odontológica aos moradores de rua. É muito fácil não se importar com o morador de rua, pois ele é a parte miserável da sociedade. Por esta razão é que nos fazemos de indiferente frente ao outro menos favorecido financeiramente. Para resolvermos o problema do “morador de rua” o primeiro passo é não nos fazermos de indiferente, é nos importamos com o próximo e nos colocarmos no lugar dele.

BREVE HISTÓRICO DA ORIGEM DA POPULAÇÃO DE RUA E SEU CRESCIMENTO VERTIGINOSO FRENTE AO CAPITALISMO

O processo social chamado população em situação de rua remonta ao início das primeiras formações sociais, ou seja, existem registros de pessoas vivendo nas ruas desde o início das primeiras grandes formações sociais como: Egito, Grécia, China e Roma. Mas é com o início do capitalismo no século XV que este processo deixa de ser um estilo de vida para se transformar em um problema social, ou seja, neste modelo de produção ocorrem duas grandes transformações relativas ao tamanho deste contingente populacional e, em segundo, às causas que levavam estas pessoas às ruas. O capitalismo se acumula, mas era necessário algo além desta acumulação, era preciso uma oferta de trabalho adequada para satisfazer este capital enquanto empreendimento, pois um homem só trabalha para outro quando obrigado e os homens do início do século XVI tinham suas terras e não se viam obrigados a trabalharem para outros. Então, quando se teve o fechamento das terras e a elevação do arrendamento, os camponeses passaram a ser expulsos e se transformaram em trabalhadores sem terra. Estes trabalhadores, então, tiveram de se prontificar a ir para as indústrias como assalariados. No começo do século XVII observou-se o crescimento assustador e vertiginoso do número de indivíduos que foram obrigados a sobreviverem nas ruas da Europa, berço do capitalismo. Leo Huberman (1986) afirma no seu livro, *História da Riqueza do Homem*, que da população de Paris pernoitava nas ruas e, em outras cidades européias a situação era a mesma. Em Londres, por exemplo, estima-se que a cidade comportava cerca de dois milhões de habitantes e a população em situação de rua girava em torno de 150 mil pessoas.

Desde o início do modelo econômico e social “capitalismo” um contingente considerável de pessoas não participa efetivamente do processo de geração de riqueza chamado trabalho e nem da distribuição de seus frutos, ou seja, o lucro. O sistema capitalista nasceu com uma peculiaridade inalterável: para que funcionasse, necessitava gerar restos, era a partir da superexploração dos trabalhadores e do estabelecimento da desigualdade, como princípio, que atingiria seu objetivo: o lucro! Sendo assim, o Capitalismo gera riqueza em uma Progressão Aritmética (PA) enquanto produz sem casas, sem teto e sem emprego, ou seja, Moradores de Rua em uma Progressão Geométrica (PG).

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DE BOURDIER

A família e a escola são consideradas como instituições sociais responsáveis pela instrução e socialização do ser humano, que coexistem a partir das tensões e reciprocidade de suas relações. Essas instituições ocupam, atualmente, a centralidade dos debates da sociedade contemporânea que se questiona e é questionada sobre a constituição dos conhecimentos e aprendizagens, bem como de sua transmissão e objetivos. Nesse trabalho, optei por apresentar algumas transformações pelas quais essas instituições vêm passando na atualidade, ancorado no pensamento de Pierre Bourdieu (1974).

Historicamente, o capitalismo ao garantir a manutenção do sistema econômico mundial, provoca mudanças profundas na sociedade, ou seja, ao promover alterações significativas em suas estruturas, mudando regras de sua ordem interna visando garantir a sua existência, produz transformações não apenas no campo econômico, mas também no político, no social e no cultural mundial.

As tensões econômicas e sociais integram o todo das transformações ocorridas no mundo e, refletem-se na constituição da sociedade, alterando as suas relações de poder, convivência e sobrevivência. Assim tem sido desde a Revolução Industrial, quando as transformações ocorridas nos meios e modo de produção provocaram uma verdadeira revolução também na vida de milhares de pessoas. A sociedade, a partir de então, constituiu-se na dualidade de duas classes sociais: a burguesia e o proletariado, baseada na exploração imposta pela primeira à segunda classe. Novas formas de poder foram estabelecidas e as instituições sociais passaram a apresentar características de um novo tempo, aumentando as tensões sociais.

A família, por exemplo, constituiu-se em função do pensamento burguês, de forma nuclear com pai, mãe e filhos, com a chefia e mandos centrados na figura paterna. A ideia de que este modelo de família que se tornou padrão no mundo ocidental dos séculos XIX e XX e que de alguma forma evoluiu a partir de unidades familiares maiores como parte do crescimento do individualismo burguês, baseia-se numa má compreensão histórica, não menos da natureza da cooperação social e sua justificação nas sociedades.

A instituição escolar emerge da necessidade da formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho capitalista. A constituição brasileira de 1988 dá um exemplo claro dessa necessidade no seu artigo 205, ou seja, “a educação, direito de todos e dever do

Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Sendo assim, os padrões de comportamento são modificados em prol do desenvolvimento capitalista, predominando uma lógica de acumulação do capital pela burguesia, fundada no pensamento econômico liberal.

Foi, entretanto, no contexto da democratização do acesso à escola fundamental e do prolongamento da escolaridade obrigatória, que se tornou evidente o problema das desigualdades de escolarização entre os grupos sociais. O otimismo marcante do período anterior foi substituído por uma postura de cunho mais pessimista embasada pela divulgação de uma série de “vícios” educacionais que mostravam a influência da origem social nos resultados escolares, ou seja, a forte relação existente entre desempenho escolar e origem social. Entre estas pesquisas, o Relatório Coleman (1966) e as contribuições de Pierre Bourdieu (1974) constituem um marco na ruptura com a visão otimista de construção de uma sociedade igualitária por meio da educação para todos. Estes dois foram inovadores por uma série de razões. Primeiramente, reuniram informações de mais de meio milhão de estudantes, contendo dados não somente dos alunos e de suas escolas, como também do desempenho escolar de cada um. Em segundo lugar, abordou a relação entre insumos escolares e o desempenho dos estudantes. Finalmente, deu origem a um extenso debate sobre a melhor maneira de se estimar as funções de produção educacional. Além disso, as inúmeras frustrações com o caráter autoritário e elitista do sistema educacional, e com o baixo retorno econômico e social obtido por diplomas de determinados cursos, tornaram imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros).

Bourdieu e Coleman (1966) introduziram o conceito de capital na análise social para referir-se não apenas à sua forma econômica, mas também à sua forma cultural e social. O termo da área econômica “capital” foi utilizado por estes sociólogos no estudo das desigualdades escolares, como metáfora para falar das vantagens culturais e sociais que indivíduos ou famílias possuem e, via de regra, os conduzem a um nível socioeconômico mais elevado.

A problemática que leva Bourdieu e Coleman (1966) a uma concepção ampliada do conceito de capital repousa, fundamentalmente, sobre evidências empíricas que apontam as limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a ligação entre nível socioeconômico e bons resultados educacionais, o que os faz

considerar que outras formas de capital, tais como o capital social e cultural, contribuem diretamente e interagem com o capital econômico para fortalecer esta relação.

Bourdieu (1974) vê o espaço social como um campo de lutas no qual os atores (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Estas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital.

O capital econômico, sob a forma dos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis, a curto e longo prazo.

Para esse sociólogo, a educação escolar, uma das formas do capital cultural, é um recurso tão útil como o capital econômico na determinação e reprodução das posições sociais. A distribuição desigual das diferentes formas de capital justifica as diferenças de estratégias adotadas por cada indivíduo, no sentido de explicar como os diferentes agentes aprendem, por exemplo, as situações escolares e se acomodam a eles, ou como eles são excluídos do sistema educacional. Bourdieu, principalmente nas pesquisas conduzidas em conjunto com Passeron (1964; 1970), desvenda a seleção escolar que elimina e marginaliza os alunos oriundos das classes populares, enquanto privilegia os alunos mais dotados de capital cultural e social, contribuindo, assim, para a reprodução, de geração em geração, dos capitais econômico, cultural e social acumulados. Esta teoria contraria a convicção, até então amplamente aceita, de que existe igualdade de chances no sistema educacional. Pois, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte do apoio sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto as dificuldades individuais quanto as deficiências escolares. Trata-se, em geral de família dotada de recursos econômicos e culturais, dentre os quais se destacam o tempo livre e o nível de escolarização dos pais. Sendo assim, é preciso considerar as famílias que não possuem cabedal cultural e nem disponibilidade de tempo em razão de assegurar a sua subsistência. Neste sentido, então, essas crianças estarão fadadas ao fracasso escolar. Portanto, é necessário atentar para o fato de que o aluno deve ser preparado de acordo com sua realidade histórica e social. A escola precisa aprender a conviver com as adversidades e as diversidades familiares, atendendo e auxiliando tanto as famílias que dispõem de tempo e participam de forma mais efetiva, quanto com as famílias em que os pais não têm tempo disponível para acompanhar mais

de perto a vida escolar de suas crianças. Portanto, a família ao assumir a responsabilidade educativa, que lhe é imposta pela sociedade, necessita de auxílio para desempenhar esta tarefa. Família e escola assumem a responsabilidade de preparar os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social.

Indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2002, p.16).

No transcorrer da primeira metade do século XX, a visão predominante atribuía à escolarização papel central na construção de uma nova sociedade, justa, moderna, aberta e democrática, na qual a escola pública e gratuita garantiria o acesso à educação, e, conseqüentemente, à igualdade de oportunidades que foi entrando em desuso, graças ao pensamento de Bourdieu. Na realidade cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados. Desta forma, as famílias mais abastadas, das classes superiores, mantêm o classicismo: legitimado na instituição escolar que tende a valorizar, cada vez mais, o capital cultural.

Bourdieu (1974) nos coloca o capital cultural familiar, mas qual é o capital cultural que um morador de rua possui? De certo, ele possui um capital cultural, mas Bourdieu não escreveu sobre moradores de rua. Hoje existem várias famílias morando nas ruas: qual o *ethos*, ou seja, quais valores estas famílias transmitem a seus filhos?

DIFICULDADES DOS MORADORES DE RUA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

As nossas instituições escolares tendem a desvalorizar a cultura dos moradores de rua por diversos fatores entre estes: falta de recurso financeiro para se vestir adequadamente dentro da escola, falta de higiene bucal apropriada, má postura corporal, fala excessiva de gírias etc. Sendo assim, nossas escolas, em todos os níveis, segue

excluindo, mas hoje elas o fazem de modo bem mais dissimulado, conservando em seu interior os excluídos, postergando sua eliminação, ou seja, mantendo o morador de rua, mas reservando a ele os setores mais desvalorizados. Os moradores de rua do Distrito Federal são personificações desta inclusão excludente. Embora eles estejam dentro das escolas públicas, eles são desvalorizados, pois a escola ainda é um aparelho ideológico elitista do estado. Antes, os excluídos estavam fora das instituições escolares, principalmente das universidades públicas, por conta de políticas de governo, vale ressaltar que no governo Fernando Henrique Cardoso, o ministro da educação foi Paulo Renato Souza, responsável pelo maior êxodo de pesquisadores da história do Brasil: nem uma única universidade ou escola técnica federal criada, nem um único aumento salarial para professores, congelamento do valor e redução do número de bolsas de pesquisa, uma onda de massivas aposentadorias precoces causadas por medidas que retiravam direitos adquiridos dos docentes, a proliferação do “professor substituto” com salário de R\$400,00 e um sucateamento que impôs às universidades federais penúria que lhes impedia até mesmo de pagar contas de luz e água. Paulo Renato queria, na verdade, que as pessoas pagassem para estudar em instituições particulares, o que faz dos excluídos cada vez mais excluídos. Esta realidade começou a mudar no governo Lula, neste período, quando houve investimento na educação em todos os níveis, em especial na educação superior. Só para citar algumas: Reestruturação e expansão das Universidades – Reuni, cotas para negros, vagas ociosas nas Universidades particulares e parcerias com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Refletir sobre o exposto acima é não abdicarmos de nos interrogar sobre a responsabilidade da escola na perpetuação das desigualdades sociais. Sendo assim, quanto mais a escola inclui, mais ela terá que se adaptar a esta nova parcela de inclusos. Quando a escola inclui um morador de rua sem o *ethos* familiar, ela tem que se adequar para receber este, mas não é o que tem acontecido: um bom exemplo é o sistema de cotas para negros. Quando a primeira universidade federal implantou o sistema de cotas pra negros no seu processo de seleção, ela abraçou alguns moradores negros de rua e não se adaptou a estes.

Um morador de rua tem seu *ethos* que a rua lhe transmitiu e a universidade não valoriza este conjunto de características peculiar do morador de rua. Sendo assim, este morador de rua terá que se adaptar a universidade na forma de falar, se vestir e se postar. Do contrário, o morador de rua ou ex-morador de rua estará fadado a exclusão interna, ou seja, ele estará dentro da academia mas como não se adaptou ele estará excluído do

universo acadêmico. Nesta perspectiva, o morador de rua que está dentro da universidade não tem equidade, pois a igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida. Assim, no ensino, não só superior, os estudantes originários das ruas serão julgados segundo a escala de valores de uma elite social, ou *ethos* pequeno burguês, que nunca passou por dificuldades semelhantes a esta parcela da sociedade.

MORADORES DE RUA NO BRASIL, ESPECIFICAMENTE EM BRASÍLIA

No Brasil, a origem deste processo remonta ao início das primeiras formações urbanas mais densas, às práticas higienistas, adotadas pelos governantes brasileiros e apoiada por grupos empresariais imobiliários, com o intuito de lucrar com o aluguel e a venda de habitações valorizadas, após a expulsão dos pobres de zonas centrais. Estas expulsões, geralmente bárbaras, e que constituía como regra no período, recebiam o apoio da elite e dos meios de comunicação. Sua consequência imediata foi a desapropriação de milhares de indivíduo pobre e sem trabalho, pois não eram aceitos neste novo mercado. Estas pessoas tinham a opção de ocupar locais centrais, criando as primeiras favelas, ocuparem locais afastados, criando as periferias ou fazerem das ruas seu local de sobrevivência.

Em Brasília, o controle social e ideológico da população em situação de rua ganha contornos mais expressivos, tornando a cidade única, com características que a diferenciam de todas as demais do País desde a sua fundação. A periferia de Brasília, desde o início, já representava um contingente populacional impressionante e, em 1970 essa periferia abrigava 66% da população urbana do DF. Hoje, menos de 10% da população do Distrito Federal reside na RA I (Brasília). Muitos não têm direito à cidade e, uma das causas de ida para as ruas, infelizmente, é essa. A população em situação de rua de Brasília, tal qual a cidade que desabriga, assume algumas características que a diferencia dos sobreviventes de outras cidades brasileiras. A capital, que nasceu com o objetivo declarado de promover a igualdade e a fraternidade entre seus habitantes, escondeu a real intenção de servir ao capital, fechando as portas aos que não podem pagar pelos valores intangíveis de seu alto custo de vida. Viver nas ruas de Brasília, a “Capital da Esperança”, ironicamente significa viver em meio ao lixo, escondido em cerrados e buracos. Temendo sofrer perseguições, violência e expulsões por parte de

quem mais deveria protegê-los: o Poder Público. Frente a esse cenário, a criação de novos programas, benefícios e serviços, especialmente no âmbito da Política de Assistência Social, intentou minorar as dificuldades das populações pobres do Distrito Federal. No entanto, constatou-se que a população em situação de rua nunca foi alvo prioritário de proteção social, não tendo acesso a essas políticas que, apesar de focalizadas na pobreza extrema, não chegam aos que mais precisam, seja por descaso, por omissão, desconhecimento, ou seja, por limitações políticas.

INSTITUIÇÕES QUE FAZEM ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO DISTRITO FEDERAL

No Distrito Federal existem aproximadamente 55 instituições que trabalham com pessoas em situação de rua, os dados são do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e da Secretaria de Desenvolvimento Social e transferência de Renda (SEDEST/GDF), estas são: Albergue Conviver (Albercon); Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia (AEC); Abrigo Reencontro (Abrire); Aldeia SOS; Associação Católica Nossa Senhora de Fátima; Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA); Associação para Auxílio à Maternidade, à Infância e à Adolescência (AMAI); Associação Assistencial de Santa Maria; Casa Fraterna Bom Samaritano (Casa dos Irmãos - Toca de Assis); Casa de Ismael; Sociedade Obras Sociais Boa Árvore; Associação Creche Cantinho da Crianças; Associação das Pioneiras Sociais (APS/Hospital Sarah); Associação Pró-Vidas; Casa da Criança Ana Maria Ribeiro (CRIAMAR); Casa de Acolhida São Vicente de Paulo; Casa de Apoio Santo André; Casa de Passagem Adulto (Casa do Migrante); Casa de Passagem Feminina (Casa Flor); Casa de Passagem Masculino; Casa de Recuperação Tenda da Libertação; Casa Transitória de Brasília; Centro Comunitário Imaculada Conceição (CEICON); Centro de Ensino e Reabilitação (CER); Centro de Integração e Libertação de Vidas; Centro de Recuperação Filho Pródigo; Centro de Recuperação Leão de Judá; Centro de Recuperação Jesus é o Caminho, a Verdade e a Vida; Centro de Recuperação Reviver; Centro de Recuperação e Apoio ao Preso e ao Egresso (CERAPE); Centro de Reintegração Deus Proverá (CRDP); Comunidade Terapêutica Fazenda Senhor Jesus (SERVOS); Giração; Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima (GEABL); Grupo Luz e Cura; Instituto Exército de Cristo; Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH); Instituto Fênix; Lar da Crianças Padre Cícero; Lar dos Velhinhos Bezerra de Menezes;

Lar Infantil Chico Xavier; Mansão Vida; Missão Vida; Missão Resgate; Nosso Lar; Obras Assistenciais Centro Espírita Irmão Jorge; Obra Assistencial Associação Espírita Portal da Luz; Obras de Promoção e Assistência à Criança e ao Adolescente (Nosso Lar/CENOL); Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho; Obra Social Nossa Senhora de Fátima; Serviço Integrado de Amparo e Orientação (SIÃO); SOS Criança; Sociedade de Instrução e Assistência Social; Sociedade Assistencial Obreiros de Rua; Casa de Apoio TRANSFORME – Ações Sociais e Humanitárias.

Infelizmente não foi possível visitar todas estas instituições pessoalmente, o contato com seus gestores se deu por meio de telefonemas e e-mails. Entretanto, a análise mais detalhada evidenciou que havia:

- Presença de instituições localizadas fora do Distrito Federal e que, portanto, não estavam no perímetro da monografia.
- Presença de hospitais como o “Hospital Sarah Kubitschek”;
- Informações conflitantes ou com equívocos: endereços, telefones ou nomes das instituições;
- Instituições que afirmaram não trabalhar com população em situação de rua;
- Instituições que cobram pelos seus serviços e que, portanto, não estão integralmente acessíveis às pessoas em situação de rua.

Após esta análise, o número de instituições que, declaradamente, trabalham com moradores de rua se restringiu a 11, a saber: Obra Assistencial Associação Espírita Portal da Luz; Casa de Apoio Santo André; Missão Vida; Missão Resgate; Casa Transitória de Brasília; Aldeia SOS; Casa de Passagem Feminina (Casa Flor); Casa de Passagem Adulto (Casa do Migrante); Abrigo Reencontro (Abrire); Albergue Conviver (Albercon) e Giração.

Estive pessoalmente na Mansão Vida, localizada em Samambaia, Tel: 35592340 e 35592372; no Albercon, localizado em Águas Claras, Tel: 33564390 e 33562122; na Casa Flor, localizada em Taguatinga, Tel: 3351 3457 e 35614797 e na Casa de Apoio Santo André, localizado no Gama Sul, Tel: 3384 4574.

Além desses contatos, estive aplicando questionários a internos e ex-internos, destas instituições como: Abercon, Mansão Vida, Casa Flor e Casa de Apoio Santo André. Nesta última trabalhei como estagiário. Ao iniciar o estágio na Casa de Apoio Santo André me deparei com a realidade de vários moradores de rua que procuraram ajuda para saírem desta condição de exclusão, ou seja, se incluírem novamente na sociedade, mas a Casa de Apoio Santo André localizada na RA II Gama – DF só aceita moradores de rua masculinos que tem problemas com álcool ou drogas ilícitas. Isso restringe dramaticamente o público alvo, além do mais, nem todos os internos da Casa de Apoio são moradores de rua, há casos de concursados do Governo do Distrito Federal que por problemas de embriaguês no trabalho são condenados, por meio de processos administrativos, a se recuperarem nesta instituição.

Outro fator que me preocupou bastante foi a evasão, pois nenhum interno é obrigado a permanecer na Casa contra a sua própria vontade. Sendo assim, muitos que chegam à instituição em situação deplorável por causa de drogas ou álcool, acabam saindo na primeira semana. Os motivos da evasão variam desde falta de adaptação do interno com as normas da instituição, forte dependência química, saudade da família etc. O motivo principal da evasão é a adaptação à rígida norma doutrinária católica, ou seja, todos os internos são obrigados a acordarem às seis horas da manhã, fazerem sua higiene pessoal e irem para a missa. Nesta missa é rezado o terço com cinquenta ave-marias e cinquenta pais-nossos, leitura de um capítulo da bíblia e cada interno tem a palavra para colocar suas ponderações. Só posterior a este trabalho é que os internos tomam café da manhã e vão desenvolver cada um uma tarefa como lavar os banheiros, limpar os quartos, limpar a sala, trabalhar nas plantações de hortaliças, varrer o quintal etc.

DADOS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SOBRE MORADORES DE RUA

A população em situação de rua do Distrito Federal é composta majoritariamente por pessoas do sexo masculino e negras ou parda, conforme mostram os dados da Secretaria de Desenvolvimento Social e transferência de Renda - SEDEST

- 82% do sexo masculino;
- 53% com idade entre 25 e 44 anos;

- 67% são negros;
- A maioria (52,6%) recebe entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais;
- 70,9% exercem alguma atividade remunerada;
- Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência;
- 69,6% costuma dormir na rua, sendo que cerca de 30% dorme na rua há mais de 5 anos;
- 22,1% costuma dormir em albergues ou outras instituições;
- 95,5% não participa de qualquer movimento social ou associativismo;
- 24,8% não possui qualquer documento de identificação;
- 61,6% não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto;
- 88,5% não é atingida pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

A maior concentração de crianças em situação de rua no DF é em Águas Claras (39,8%), já que o Albercon – único albergue governamental para pessoas em situação de rua do DF e que recebe crianças acompanhadas por seus responsáveis – se localiza nesta Região Administrativa.

Ao serem questionados sobre o que fazem com maior frequência quando estão na rua, (66%) responderam que brincam e (8,9%) estudam.

Não existem políticas públicas para moradores de rua no DF e em nenhuma outra unidade federativa do Brasil, o que existe são alguns eufemismos em termos de políticas públicas como albergues e algumas políticas de governo como o Bahia Acolhe criado no 1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua realizado entre os dias 19 e 21 de março de 2012. O evento teve como tema: “Protagonizando histórias e Garantindo Direitos”. O objetivo foi discutir estratégias de reivindicação de políticas sociais. Participaram cerca de 300 pessoas de diversos estados brasileiros e o Congresso demarcou a caminhada e a força na capacidade de organização dos cidadãos tão “invisibilizados”. Na oportunidade, tive a honra de representar os moradores de rua do Distrito Federal. Neste congresso tivemos a oportunidade de demonstrar a capacidade de organização dos moradores de rua do Distrito Federal frente ao aumento vertiginoso do extermínio dos moradores de rua do DF e colocamos o caso dos dois moradores de rua: Paulo Francisco de Oliveira Filho e Raulhei Fernandes Mangabeiro que foram mortos pelo funcionário do Banco Central do Brasil, José Cândido do Amaral Filho.

DIREITOS DOS MORADORES DE RUA

Durante o levantamento de material bibliográfico sobre o tema desta monografia tomei conhecimento da Cartilha: *Direitos do Morador de Rua*, organizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) em parceria com o Movimento Nacional da População de Rua de Minas Gerais (MNPR/MG), a Pastoral do Povo da Rua (Regional Leste 2 – CNBB), o Fórum Mineiro de Direitos Humanos, o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), o Programa Pólos de Cidadania (Faculdade de Direito da UFMG) e o Serviço de Assistência Jurídica da PUC Minas²⁵. Devido à riqueza e importância política e social do material, o “Projeto Renovando a Cidadania” adaptou esta cartilha à realidade do Distrito Federal com fotos, endereços e telefones úteis.

4. ESTUDO DOS CONTEXTOS DE ESTUDANTES DE IES MORADORES DE RUA

Retomando o objeto deste estudo nesta conclusão do curso de Pedagogia, ou seja, colocar o conhecimento científico em favor de uma sociedade mais justa, menos desigual e mais digna, viabilizando a inclusão socioeconômica de indivíduos em situação de rua no Distrito Federal, tive por objetivo da metodologia de trabalho empírico, por meio da escuta sensível de das respostas de moradores de rua que conseguiram avançar no sistema formal de ensino, conhecer um pouco mais das dificuldades e anseios que estes entrevistados têm, seus pontos de vista de diferentes assuntos relacionados com a rua e a inclusão por meio da educação.

OBJETIVO GERAL DAS ENTREVISTAS

Optei por uma entrevista qualitativa, pois o importante é saber o ponto de vista e significados atribuídos pelos entrevistados a determinadas situações. As entrevistas ocorreram de forma semi-estruturada e semi-aberta, desta forma pude dar maior flexibilidade e liberdade de respostas ao entrevistado. São três os participantes, eu próprio, assumindo que o memorial é rico elemento de análise acerca das dificuldades de ter os processos educacionais formais como forma de inclusão social, e mais dois, um ex-morador de rua e um morador de rua a quem damos vez e voz na seção seguinte deste texto, onde podemos captar de forma explícita os sentidos para estes sujeitos do que é ser morador de rua e o processo de inclusão via inserção nos contextos educacionais.

OS SUJEITOS DA PESQUISA

*“Tive frio, deste-me de vestir; tive sede, deste-me de beber; tive fome, deste-me de comer, estive na rua e me abrigaste”
(Bíblia sagrada)*

Entrevistei o Fernando por ele já ser aluno da UnB e, portanto, se encaixar no padrão de ex-morador de rua que se incluiu por meio da educação. Também entrevistei o Amarildo por ele ainda ser morador de rua e estar tentando se incluir por meio da educação. Fiz cada pergunta com o objetivo de compreender melhor quais as maiores dificuldades de se incluir na sociedade por meio da educação.

Com o Fernando foi mais fácil, pois ele estuda e mora na UnB. Marcamos de nos encontrarmos no Restaurante Universitário- RU duas vezes por semana, sempre na segunda e quarta feira às 12:00h, durante um mês. As entrevistas duravam em média duas horas cada.

Com o Amarildo foi um pouco mais difícil, pois ele ainda mora na rua, mais precisamente na comercial da 201/202 sul. Nos encontramos na própria comercial uma vez por semana, sempre às sextas-feiras, às 16:00h, durante um mês. As entrevistas duraram em média uma hora e meia e ocorreram na quadra 202 sul.

Procurei durante as entrevistas deixar os entrevistados o mais tranquilos possível e com a fala totalmente livre para, de acordo com suas respostas, ir aprofundando no meu objetivo de conhecer um pouco mais das dificuldades e anseios destes. Sendo assim, poucas perguntas foram pré-definidas.

EUGENIZAÇÃO DOS MORADORES DE RUA DO DISTRITO FEDERAL

“Não somos invisíveis nem temos superpoderes. Somos homens e mulheres, velhos, adultos e crianças. Em comum temos o fato de sermos moradores de rua e sermos vistos pela sociedade como a escoria da sociedade. Mas lembre-se que somos seres humanos, na verdade, somos a grande vítima deste sistema capitalista segregador e, por causa desta máxima, necessitamos de respeito, atenção e políticas públicas”
(de Fernando de Souza(nome fictício), um ex-morador, aluno da UnB)

A epígrafe acima foi a resposta que recebi de Fernando de Souza (nome fictício), um ex-morador de rua, ao perguntá-lo: O que o morador de rua do Distrito Federal necessita? Fernando saiu das ruas ingressando, por meio do vestibular, na Universidade de Brasília – UnB para o curso de música e ganhou bolsa moradia. Ele é um vencedor. Mas, quantos moradores de rua de Brasília não venceram? Se paramos para analisar os números recentes de assassinato de moradores de rua no Distrito Federal fornecidos pelo Instituto Médico Legal – IML da capital do país, notaremos um verdadeiro extermínio dos moradores de rua do DF.

Na madrugada de 20 de abril de 1997 foi morto o índio Galdino Jesus dos Santos, liderança do povo indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe. Ele foi confundido como morador de rua por Tomás Oliveira de Almeida, Eron Chaves Oliveira, Max Rogério Alves e Antonio Novely Cardoso, todos de classe média alta de Brasília, e foi queimado vivo enquanto dormia em uma parada de ônibus na W3 Sul, área central da capital federal.

Outro ato de barbárie praticado com frieza contra moradores de rua do DF ocorreu em Santa Maria na periferia de Brasília. Dois moradores de rua tiveram os

corpos incendiados no momento em que dormiam no gramado da QR 118. José Edson Nicolas de Freitas, 26 anos, não resistiu às queimaduras de segundo e terceiro graus — que atingiram 63% do corpo e morreu. Duas semanas depois de um grupo atear fogo em moradores de rua em Brasília, crime semelhante ocorreu por volta das 7h, na cidade. Foram mortos, a tiros, dois moradores de rua, enquanto dormiam sob árvores na região de Taguatinga.

5.2.2 Questionário aplicado ao ex-morador de rua Fernando

Identificação do entrevistado:

Fernando de Souza

Apelido:

Kaifaz

Motivo do apelido:

Gostar de julgar.

Sexo:

Masculino

Naturalidade:

Brasília - DF

Estado Civil:

Solteiro

Idade:

38 anos

Fernando, você dormia na rua?

Sim.

Por que?

Porque não tinha condições de pagar aluguel aqui no DF.

Como você se sustentava, você trabalhava?

Catava latinhas e papelão, as vezes, vigiava carros.

Quanto você recebia em, média, por mês?

Cerca de uns duzentos e cinquenta a quatrocentos reais por mês.

Você tem alguma religião?

Não, mas acredito em Deus!

Mesmo morando na rua você estudava música?

Sim. Minha mãe era funcionaria da escola de musica.

Como você conseguiu estudar?

Não tive oportunidade de estudar quando eu era criança, só fiz até a sétima série, perdi minha mãe quando eu tinha dezesseis anos. Até então, só estudava baixo acústico como estudante de baixa renda na escola de música de Brasília, localizada na 602 Sul, abaixo da L2 sul, pois minha mãe trabalhava como terceirizada na faxina desta instituição. Como a escola de música fica do lado do Centro de Estudo Supletivo da Asa Sul - CESAS, aproveitei e terminei meu primeiro e segundo grau nesta instituição.

Você tem outros familiares?

Não que eu conheça.

Como você conseguiu passar no vestibular da UnB?

Fiz vestibular para música graças a um amigo que morava na rua, ele já tinha passado no vestibular e me orientou para prestar para música, pois a concorrência era baixa por ter prova específica.

Você saiu da rua com os programas de assistência estudantil da UnB, O que você acha da política de assistência estudantil da UnB?

É necessário dar oportunidades iguais às pessoas desiguais, Por isso, acredito na assistência estudantil, graças a ela, hoje tenho lugar de morar, mas esta política de assistência estudantil é paliativa. Um arco de contrabaixo acústico, dos mais baratos, custa 900 Reais e a bolsa permanência é 465 Reais. Isto para não falar de outras coisas.

Qual era a maior dificuldade de morar?

Na rua tudo é uma conquista, ou seja, não há nada fácil. Quer um exemplo: Para lavar roupa, um morador de rua do DF tem que ir lá no lago Paranoá, para utilizar banheiro ele tem que procurar um shopping ou uma rodoviária, às vezes, ele não pode entrar no shopping por estar sujo e mau cheiroso.

Na rua você tinha acesso a cultura?

Muito pouca coisa era de graça ou tinha preços acessíveis, um dos lugares que costumava frequentar era o Centro Cultural Banco do Brasil.

O que você gostaria de ressaltar como ex-morador de rua?

Quando Deus fez o ser humano, ele o fez para não ver o próprio rosto e sim ver o rosto do próximo para ele se reconhecer no próximo. Em Brasília, as pessoas não se reconhecem no próximo. É "www. cada um com seus problemas. com.br" ,ou seja, é cada um por si e Deus por todos. Em Brasília se vive um classicismo exacerbado pela lógica do consumo onde tudo se vende, esta é a lógica do capital, capital este que subjuga a educação e o trabalho.

Por você estar estudando na UnB subentende que você tenha todos ou quase todos os documentos, certo?

Hoje tenho todos os meus documentos, mas nem sempre foi assim, na rua você não tem onde guardar e, às vezes, perde e acaba não tirando outro por causa da burocracia para conseguir isenção de taxa, principalmente da identidade.

O que você menos gosta na rua e o que mais gosta nela?

O que mais gosto na rua é a liberdade e o que menos gosto é a violência por parte do estado com seu aparelho repressor chamado polícia

No Distrito Federal tem um abrigo chamado ALBERCON, por que você não dormia lá?

Porque ele fica localizado no Areal, na divisa de Águas Claras e Taguatinga, ou seja, muito longe do centro de Brasília.

Questionário aplicado ao morador de rua Amarildo (nome fictício)**Identificação do entrevistado:**

Amarildo

Apelido:

Jesus

Motivo do apelido:

Barba e cabelos longos

Sexo:

Masculino

Naturalidade:

Brasília - DF

Estado civil:

Solteiro

Idade:

43 anos

Amarildo você vive na rua?

Sim.

Por que?

Não é por vontade própria e sim por imposição do sistema. Por não ter condição de pagar aluguel em uma cidade que tem uma das maiores especulações imobiliárias do país eu passei a sobreviver nas ruas.

Você tem algum tipo de renda?

Sim, como pedinte recebo alguns trocados que me possibilitam dar vazão aos meus caprichos.

Que caprichos são estes?

Beber um café e fumar uma cigarrilha na livraria.

Como você faz parra lavar suas roupas e se alimentar?

Eu somente almoço às três e meia da tarde quando os restaurantes dão as sobras do almoço para os moradores de rua. Para lavar minha roupa eu vou ao lago Paranoá.

Todos os restaurantes de Brasília dão as sobras do almoço para a população de rua?

Não todos, mas a maioria deles sim.

Você tem pais vivos ou algum família?

Não, Meus pais morreram e eu perdi o contato com os meus outros familiares.

Você já tentou localizar seus familiares?

Sim, mas não consegui.

Você tem alguma religião?

Sim, sou católico e às vezes vou a missa.

Você terminou seu segundo grau no Centro de Estudos Supletivo da Asa Sul – CESAS mesmo morando na rua, como você conseguiu?

Foi muito difícil, fiz uma prova de nivelamento e me colocaram na quita série. Eu passava o dia todo lá para não ficar na rua, só saía do colégio para comer e dormir.

Atualmente você estudada?

Sim, faço curso de inglês no Centro Interescolar de Línguas - CILs.

Você já fez outros cursos?

Somente Espanhol no próprio CILs.

Qual a maior dificuldade de viver e estudar na rua.

Na rua tudo é difícil; tomar banho, fazer as necessidades fisiológicas e principalmente estudar.

Você fez o vestibular da UnB para letras, por que?

Acredito que é uma forma de sair da rua, pois alguns amigos meus que eram moradores de rua fizeram o vestibular da UnB e ganharam alojamento estudantil, se eles conseguiram eu também posso conseguir.

Existe alojamento publico no DF como o ALBERCON por que você não vai para lá?

Já estive neste albergue e é um local onde não tem boa estrutura física, além do mais, tem muitos bebedores e drogados.

Você falou em drogados, você usa algum tipo de droga?

Sim, mas drogas lícitas.

Muitos moradores de rua usam drogas ilícitas, o que você acha disto?

Eu não acho nada. Acredito que eles são mais vítimas do que culpados. Quem criou as drogas ilícitas não foram os moradores de rua.

ANÁLISE DAS RESPOSTAS

Para fundamentar esta pesquisa qualitativa e considerando que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, parti dos estudos realizados por Pierre Bourdieu (1974), procurei analisar as respostas de um ex-morador de rua com a teoria de inclusão excludente. Sendo assim, analisei as respostas de Fernando que passou no vestibular da UnB por meio do vestibular normal para música e abandonou as ruas por meio do programa de moradia estudantil desta instituição. Nesta perspectiva, as contradições se transcendem dando origem a novas contradições que requerem soluções e a universidade, talvez, não esteja preparada para dar este retorno a sociedade e, mais ainda, aos moradores de rua que os integrem.

As falas dos dois entrevistados mostram claramente que a ida e a permanência nas ruas está diretamente vinculada ao fracasso escolar e a desestruturação familiar.

“Não tive oportunidade de estudar quando criança, só fiz até a sétima série, perdi minha mãe quando eu tinha dezesseis anos” (Fernando, 38 anos), e ainda: “Meus pais morreram e eu perdi contanto com os meus outros familiares. [...] Foi muito difícil, fiz uma prova de nivelamento e me colocaram na quinta série.”

A função específica da escola, como instituição social, é a socialização do saber historicamente acumulado pela humanidade. Dessa maneira, deve oferecer aos alunos, instrumentos que possibilitem sua participação na luta para a transformação da sociedade, que de maneira desigual e injusta distribui a riqueza social subordinada à lógica do capital, o que não foi observado nas falas dos entrevistados.

Por outro lado, observa-se na fala dos entrevistados a crença na educação como possibilidade de transformação da sua realidade.

As camadas sociais dominantes detêm o privilégio do acesso à escola; se esta mesma escola traduzir o saber historicamente acumulado nos conteúdos escolares ensinados, dará acesso às camadas mais pobres a aquisição desses conhecimentos e estará legitimando o seu direito à cidadania. Por esta razão, a escola deve servir de instrumento de emancipação do ser humano e acesso ao mundo do trabalho. A mediação do professor na prática educativa é fundamental para explicitar a finalidade sociopolítica desta educação. Isso implica uma formação docente com sólida fundamentação teórica, consciência da realidade e instrumentalização para intervir na realidade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O texto constitucional mostra que a educação está vinculada ao trabalho, melhor dizendo, está subordinada ao trabalho e os dois são vassallos do capital. É necessário desvincular a educação do trabalho para esta servir ao cidadão como meio de emancipação.

O sistema capitalista utiliza o trabalho como controle social alienante e a educação, principalmente pública, não tem servido para libertar o trabalhador desta lógica expansionista, destrutiva e incontrolável. O capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica e permanente, com a perspectiva de uma crise estrutural cada vez mais profunda. Por isso, o morador de rua é a personificação desta luta contra o aparelho ideológico do capital, ou seja, o trabalho. A educação tem que buscar soluções factíveis para os problemas que enfrentamos. Hoje, como vimos com os entrevistados, vivemos numa realidade que serve para revelar uma realidade mais ampla dos moradores de rua e suas tentativas de escolarização, os moradores de rua, “mendigos”, é um dos problemas mais relevantes da sociedade atual. Mas o que leva uma pessoa a morar na rua? Desemprego, má distribuição de renda, preguiça e outros motivos são apontados frequentemente por filósofos, políticos, sociólogos, educadores e outros profissionais. Podemos até ceder uma parcela da culpa à educação, pois para que serve a educação, ainda mais quando pública, se não para emancipar o ser humano desta lógica alienante do trabalho que o capital impõe para controle social?

Ao iniciar os questionamentos sobre o que significa mendigo, pode-se enumerar uma lista muito grande de conceitos que caracterizam este termo, tais como: simplesmente pedinte, ou aquele que anda pelas ruas, sujos, com roupas rasgadas, e dormindo nas marquises das lojas sofisticadas, ou aquele que sai da má distribuição de renda, que é excluído do mercado de trabalho, aqueles de idade avançada? Ou será, como dizem os reencarnacionistas, consequência da lei de causa e efeito? Em atuação de porta em porta pedindo um pedaço de pão para saciar sua fome e de seus filhos e esposa é o cotidiano do mendigo. Mas, porque surge o mendigo? Será a preguiça como diz o bem empregado? Será a fuga do campo, que não consegue colocação em um emprego digno, mesmo desqualificado? Será? Essas e outras perguntas farão parte das inquietações que deixam os cientistas, sociólogos, economistas e religiosos estupefatos quanto a essa problemática, que deixa a sociedade apavorada, devido à insegurança que as famílias

enfrentam nos dias de hoje, cujos exemplos e correções não têm dado conta de uma situação tão difícil que se vive na atualidade.

A princípio, o surgimento dos mendigos advém de coisas simples, isto é, pessoas pobres que não têm como se alimentar; não acham outro meio se não pedir um pouquinho ao vizinho ao lado, cuja sensibilidade do amigo ou conhecido não mediu distância, proporcionando condições para que aquele ser humano pudesse saciar a sua fome, ou procurar os meios de sobrevivência, isto é, uma atividade qualquer para executar. A questão da mendicância aparece com a divisão da sociedade entre pobres e ricos, cujo aumento desse diferencial, os pobres vão à miséria e os ricos mais ricos; aí, levanta-se o estigma entre o vestido, asseado e o que está sujo, “mulambento” e fedorento, que provoca a sensibilidade do sentimento, e a repulsa daquele que não quer sentir mau cheiro. Tudo isto a sociedade criou; como a lei de causa e efeito existe, a explicação dos reencarnacionistas é viável aos pensadores, certamente para quem já a sabe, pois quem se melou deve se limpar, pois quem contraiu qualquer maldade deve substituí-la com a prática do bem, caso contrário, os sofrimentos, um deles a mendicância, será o seu consolo real e triste.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, que deveria ser um instrumento de mudança, tornou-se aparelho ideológico da sociedade capitalista, ou seja, deve fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário ao sistema capitalista, além de transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Esta sociedade do capital subordina a educação e o trabalho. Isto justifica por que no Brasil, especificamente em Brasília, existem tantos moradores de rua sem condições de inclusão por meio da educação.

Apenas a mais vasta concepção de educação nos pode ajudar a insistir no objectivo de uma mudança verdadeiramente radical proporcionando alavancas que rompam a lógica mistificadora do capital (STIVAN MÉSZÁROS, 19XX, p. 118)

A educação deve ser permanente, ou não é educação. É necessário práticas educacionais que permitam aos educadores e educandos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore o ser humano, pois o que as classes dominantes impõem é uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora tem como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age, e usa a palavra como arma para transformar a realidade. É nesta educação que acredito e não na educação proposta pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que afirma em seu artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ao contrário, creio que a educação tem que qualificar bem mais que para o trabalho: a educação tem que qualificar para a vida.

7. TERCEIRA PARTE: PERSPECTIVAS

Meu objetivo desde quando eu entrei na universidade de Brasília era trabalhar com moradores de rua, ou seja, se eu tivesse formado em nutrição não era para emagrecer e engordar rico e sim para melhorar a qualidade nutricional do lócus de onde eu vim. Como eu me formei em Pedagogia espero contribuir com a educação dos moradores de rua.

A princípio gostaria de voltar ao Educandário Mãe Dominic – EMAD, situado em Duque de Caxias – RJ, mas os moradores de rua do Distrito Federal estão se organizando e eu tenho o dever moral de dar minha contribuição, pois foi nesta cidade que, mesmo na rua, eu consegui estudar e agora quero reverter o capital intelectual que adquiri em benefício dessa população de rua tão sofrida; para isto, iniciarei um projeto piloto no movimento distrital de população de rua do Distrito Federal que consiste em educação para erradicação dos moradores de rua do DF e, se tudo der certo, iniciar um mestrado.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Reprodução Cultural e Reprodução Social. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Perspectiva, 1974.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2004. PNAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/legislacao-1/cd-suas-vol-01/cd_publicacoes/pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2009.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. - Brasília: 405 p. - (Série textos básicos; n. 25).

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2004. PNAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/legislacao-1/cd-suas-vol-01/cd_publicacoes/pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2009.

CASTEL, Robert, 1998b. A nova questão social. In: As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário, pp. 495-591. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes.

CECCON, C; Miguel Darey de Oliveira; Rosiska Darey de Oliveira. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

ESTRELA, A.; RODRIGUES, P. (org.), (1995), Para uma Fundamentação da Avaliação em Educação, Lisboa, Edições Colibri.

HUBERMAN , Leo . **História da Riqueza do Homem** . RJ. : LTC Editora, 1986, Tradução de Waltensir Dutra

MARX, Karl. **O capital**. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**; 1930; tradução de Isa Tavares – SP. Boitempo, 2005

MÉSZÁROS, István.. **A teoria da alienação em Marx** tradução Isa Tavares – SP: Boitempo, 2006.